

## **Arendt e o Totalitarismo**

Rodrigo Gonçalves de Souza - UEL

Hannah Arendt começou a escrever *As origens do totalitarismo* logo depois da guerra. Após sua chegada aos Estados Unidos em 1941, ela se dedicou, sobretudo, às questões ligadas à situação dos judeus, colaborando com várias revistas ligadas aos imigrantes europeus e participando intensamente dos debates travados por intelectuais que haviam sido obrigados a fugir de seus países de origem. A descoberta das atrocidades nazistas nos campos de extermínio conduziu-a, no entanto, aos problemas que estariam no centro de seu pensamento nos próximos anos.

A obra testemunha um mergulho apaixonado na cena contemporânea e o desejo de pensar o que parecia impensável: o surgimento de estruturas de poder voltadas para uma forma total de dominação, que não se detêm nem mesmo diante da tarefa monstruosa de eliminar populações inteiras, para fazer triunfar ideias abstratas e crenças na superioridade de raças e de ideologias. A leitura do livro é ainda hoje uma experiência fascinante.

As duas partes iniciais do livro, dedicadas ao antissemitismo, como fenômeno político, e ao imperialismo, como resultante do desenvolvimento da lógica de expansão do Estado-nação, misturam literatura, história, sociologia e economia, num esforço gigantesco para explorar os desvãos de uma época que colocou a violência no centro da política. Essa é uma das intuições geniais do texto. Ao estudar a formação e a decadência dos projetos nacionais e de suas extensões imperialistas, Arendt mostra como a experiência totalitária não surgiu como o produto da loucura de poucos, mas sim como uma possibilidade inscrita na lógica de sistemas de dominação que não hesitaram em fazer de diferenças étnicas e de classe o motor para um processo de exclusão e domínio cujos resultados desastrosos marcaram o último século.

Uma das análises mais fecundas de Arendt, que conserva uma grande atualidade, é aquela do tema dos apátridas. Tendo vivido a experiência de ser

jogada no mundo sem lastro ou referência de identidade nacional, quando vagou pela Europa entre 1933 e 1941, e depois quando permaneceu sem a cidadania americana por alguns anos, ela soube fazer dessa questão um tema universal, cujas consequências chegam até nós. O fato de que o mundo passou a conviver com milhões de pessoas rejeitadas, sem ter um estatuto legal definido, é ao mesmo tempo uma das consequências da política contemporânea, que resultou na criação dos regimes totalitários, e uma de suas heranças.

Ainda hoje, a figura de cidadãos sem direitos em países ditos democráticos é um alerta quanto aos riscos que corremos ao aceitar dividir o mundo entre os que têm direitos e os que vivem numa terra de ninguém onde todos os excessos são possíveis. A recente legislação europeia, que permite manter presos, por até dezoito meses, indivíduos destinados à expulsão, mas que não foram julgados, assim como os campos de prisioneiros americanos, situados fora de seu território demonstram a sobrevivência dessa terra de ninguém, para a qual são mandados os que não podem se beneficiar da proteção integral das leis vigentes nos diversos países.

Para medir o alcance dessas observações, devemos nos reportar à terceira parte de *As origens do totalitarismo* que, com suas análises apaixonadas e profundas, contribuiu para fazer dele um dos clássicos do pensamento político contemporâneo. O conceito de totalitarismo não foi forjado por Arendt. Já na segunda década do século XX, a palavra aparecia associada ao regime dominado por Mussolini, mas foi, sobretudo, a partir dos anos 1930, no período de ascensão e consolidação do nazismo, que o conceito ganhou forma e apareceu em estudos, como os de Raymond Aron ou de Franz Neumann, dedicados a compreender as experiências ameaçadoras que ganhavam corpo na Europa.

Não resta dúvida, no entanto, de que o livro de Arendt contribuiu em muito para a propagação do termo junto aos estudiosos, que se dedicaram a entender a natureza do fenômeno, que produziu uma tragédia sem precedentes na história da humanidade. Acrescia a isso, o fato de que para a

pensadora o regime que vigorava na então União Soviética continha os mesmos traços fundamentais do fascismo italiano e do nazismo.

Sem desconhecer as diferenças entre a experiência dos diversos países, Arendt acreditava que podíamos nos servir do conceito de totalitarismo para abordar os problemas resultantes de um regime que destruía o terreno da política e fazia do terror uma forma central do relacionamento do Estado com seus cidadãos. Mais que isso, ela mostrava que o totalitarismo era o produto de um século que havia jogado por terra as antigas teorias políticas, tornando obsoletos conceitos que antes orientavam os que se ocupavam das questões de governo e de suas formas. Uma nova barbárie havia sido gestada por um regime sem comparação com aqueles conhecidos pela tradição.

Para recolher a herança de Arendt, em primeiro lugar, devemos estar atentos para o fato de que ela soube como poucos destacar a originalidade dos sistemas totalitários, compreendendo-os como produto de uma época que ainda não esgotou seu sentido para nós. Ao buscar suas raízes no passado, ela mostrou que o totalitarismo é filho da sociedade industrial, que combinou a crença na força das tecnociências com o desenvolvimento do racismo e da exclusão. Ao apontar para o campo de concentração como a estrutura fundamental de domínio totalitário, ela forneceu um horizonte de explicação e de identificação da natureza dos regimes extremos que ultrapassa o significado das diferenças que sempre existem entre formas históricas particulares. Esse conceito-chave é uma ferramenta preciosa para entendermos a gravidade do aparecimento de novas formas de exclusão no interior das sociedades democráticas atuais.

Um segundo aspecto importante da herança arendtiana é a capacidade que ela demonstrou de apontar os traços fundamentais que distinguem os regimes extremos do século XX. Ao analisar o papel do líder totalitário e mostrar os laços que o unem às massas desenraizadas e solitárias de nosso tempo, ela soube compreender o significado da solidão num tempo em que as comunicações aparentemente aproximaram os homens. Ao apontar para a progressiva destruição da esfera pública, que implicou o colapso do sistema

partidário e em última instância da ideia mesma da pluralidade como valor primeiro das sociedades livres, ela mostrou ao mesmo tempo o lugar do qual nasce a experiência democrática e os limites de suas instituições. Finalmente, ao estudar o papel do terror na estrutura de domínio total, ela apontou para a destruição dos laços éticos entre os homens como a consequência necessária de uma sociedade sem política.

Se a referência aos campos de concentração, como fundamento da experiência totalitária, é um dos pilares da investigação de Arendt sobre a face trágica da política contemporânea, do ponto de vista filosófico, a referência ao mal radical – tema que perseguiu a pensadora durante toda sua vida – é o caminho para compreender como ela soube integrar a tradição filosófica de investigação da natureza do mal ao esforço de desvendamento do significado dos horrores que surgiram das entranhas da modernidade. Os estudos de Arendt sobre o totalitarismo esclarecem ao mesmo tempo a face trágica do século XX e os enormes desafios das sociedades democráticas do século XXI.

## Bibliografia

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. *A condição Humana*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AGUIAR, Odílio Alves. e outros (orgs.). *Origens do totalitarismo, 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. *Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: EUFC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

\_\_\_\_\_. Necessidade e liberdade em Hannah Arendt. *Revista de Filosofia Princípios*, Natal, v. 19, n. 32, pp. 35-54, julho/dezembro, 2012.

AMIEL, Anne. *Hannah Arendt Política e Acontecimento*. Trad. Sofia Mota. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BIGNOTTO, Newton; MORAES, Eduardo Jardim (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt*. In: JARDIM DE MORAIS, Eduardo; BIGNOTTO, Newton (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. 2ª Ed. Brasília: Senado federal, secretaria especial de editorações, 2007.

GARCIA, Claudio Boeira. Arendt: liberdade e Política. In: OLIVEIRA, Kathlen LEFORT, Claude. *A invenção da Democracia: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MELO, Hygina Bruzzi de. A dissolução do político: morte e vida do espaço público. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. XVII, n. 49, p. 29-53, abr./jun. 1990.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lígia Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.